

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

LARISSA MARIA LEMOS DE CASTRO

**DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL APÓS O DECRETO N°
7.397 DE 2010: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA**

**Governador Valadares - MG
2022**

Larissa Maria Lemos de Castro

**DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL APÓS O DECRETO Nº 7.397
DE 2010: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Louro Borges

Governador Valadares - MG

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Castro, Larissa Maria Lemos de.

DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL APÓS O DECRETO Nº 7.397 DE 2010: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA / Larissa Maria Lemos de Castro. -- 2022.

45 p.

Orientador: Sergio Louro Borges

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA. , 2022.

1. Educação Financeira. 2. ENEF. 3. Endividamento. 4. Crédito. 5. Consumo. I. Louro Borges, Sergio, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

REITORIA - CAMPUSGV - ICSA - Secretaria

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 14:00 horas do dia 28 de julho de 2022, foi instalada a banca do exame de Trabalho de Conclusão de Curso para julgamento do trabalho desenvolvido pelo(a) discente Larissa Maria Lemos de Castro, matriculado(a) no curso de bacharelado em Ciências Econômicas. O(a) Prof.(a) Sergio Louro Borges, orientador(a) e presidente da banca julgadora, abriu a sessão apresentando o examinador, o professor John Leno Castro dos Santos.

Após a arguição e avaliação do material apresentado, relativo ao trabalho intitulado: Difusão da Educação Financeira no Brasil após o Decreto nº 7.397 de 2010: Uma Análise Exploratória. A banca examinadora se reuniu em sessão fechada considerando o(a) discente:

Aprovado (a)

Reprovado (a)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada eletronicamente pelos presentes.

Governador Valadares, 28 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Louro Borges, Professor(a)**, em 09/08/2022, às 05:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MARIA LEMOS DE CASTRO, Usuário Externo**, em 09/08/2022, às 05:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **John Leno Castro dos Santos, Professor(a)**, em 09/08/2022, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0899762** e o código CRC **8330EE85**.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me abençoado não somente nesta jornada, mas em todos os passos da minha vida. Sou grata a minha mãe Michelle, por não medir esforços para me apoiar, me incentivar e ser minha base em todos os momentos que preciso. A minha avó Zuleide, por mesmo sem compreender as palavras aqui escritas, sempre buscou me auxiliar durante a caminhada.

Também sou grata a meu irmão Luciano pela paciência quando me faltou. Agradeço ao meu pai Chester, minha irmã Leticya, meu avô Osvaldo, minha avó Diolinda, meus tios em especial o tio Wilton, minhas tias em especial tia Rosilainy, minhas primas e aos demais familiares, por direta ou indiretamente sempre acreditarem no meu potencial.

Aos meus amigos e amigas, tanto os que carrego desde antes desta jornada, quanto aos que fiz ao longo da graduação, meus sinceros agradecimentos por todo companheirismo nesta trajetória, levarei vocês sempre em meu coração.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sergio Louro Borges, por todo auxílio, apoio e conhecimento compartilhado durante a escrita deste trabalho. Por fim, agradeço a todo corpo docente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares, por todo conhecimento compartilhado ao longo destes anos.

RESUMO

A estabilidade econômica iniciada na década de 1990 favoreceu na expansão da oferta de crédito no país, facilitando o consumo por parte da população, mas criando o principal tipo de dívida dos brasileiros. A educação financeira possibilita às famílias organizarem seu orçamento estabelecendo os limites para o melhor uso de sua renda. Posto isto, o objetivo deste trabalho foi analisar, a partir da instauração do decreto nº 7.397 de 2010, que estabelece a Estratégia Nacional da Educação Financeira – ENEF - o cenário da educação financeira e do endividamento no Brasil. Para tanto, foram utilizados dados secundários de fontes nacionais a fim de compreender a evolução do nível de educação financeira e de endividamento dos brasileiros. Os resultados obtidos indicam que, apesar da expansão das iniciativas relacionadas à educação financeira, os brasileiros ainda apresentam saúde financeira aquém do ideal, reflexo disto é o endividamento familiar em 2021 ter atingido o maior percentual em onze anos, chegando a 76,3%. Além disso, pode ser identificado que os fatores socioeconômicos influenciam diretamente na absorção da educação financeira e na gestão de recursos financeiros dos brasileiros. Dessa forma evidencia-se a necessidade de ampliação das políticas que visem aumentar o nível de educação financeira da população, e, conseqüentemente, reduzir a propensão ao endividamento dos brasileiros, com destaque para as mulheres a população de renda mais baixa.

Palavras-Chave: 1. Educação Financeira; 2. ENEF; 3. Endividamento; 4. Crédito; 5. Consumo; 6. Poupança;

ABSTRACT

The economic stability started in the 1990s favored the expansion of credit supply in the country, facilitating consumption by the population, but creating the main type of debt for Brazilians. Financial Education enables families to organize their budget by setting limits for the best use of their incomes. Based on it, the objective of this study was to analyze, from the establishment of decree n° 7.397 of 2010, which establishes the National Strategy for Financial Education - ENEF - the scenario of financial education and indebtedness in Brazil. For this purpose, secondary data from national sources were used in order to understand the evolution of Brazilians' level of financial education and indebtedness. The results obtained indicate that, despite the expansion of initiatives related to financial education, Brazilians still have less than ideal financial health, as a consequence, the family indebtedness in 2021 has reached the highest percentage in eleven years, reaching 76.3%. In addition, it can be identified that socioeconomic factors directly influence the absorption of financial education and the management of financial resources capacity by Brazilians. Thus, it is necessary the expansion of the policies aimed at increasing the level of financial education of the population is evident, and, consequently, reducing the propensity to indebtedness of Brazilians, especially women and the lower income population.

Keywords: 1. Financial Education; 2. ENEF; 3. Indebtedness; 4. Credit; 5. Consumption; 6. Savings.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Total de endividados impactados pela pandemia da Covid-19 no Brasil em 2021 ..	22
Figura 2- Percentual de Famílias Endividadas	23
Figura 3- Principais Tipos de Dívida dos Brasileiros - SERASA com Opinion Box	24
Figura 4- Principais Gastos com o Cartão de Crédito	23
Figura 5- Percepção do Nível de Endividamento	24
Figura 6- Tipos de investimentos que a população conhece	26
Figura 7- Instituições que ofertam Educação Financeira	32
Figura 8- Segmentação das Iniciativas de Educação Financeira	33
Figura 9- Iniciativas Gratuitas sem Finalidade Comercial	34
Figura 10- Nível do Curso ou Capacitação dos Professores	36
Figura 11- Iniciativas de Educação Financeira por região	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação do Índice de Saúde Financeira dos brasileiros.. **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2 - Principais tipos de instituições financeiras que os brasileiros conhecem27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1. O crédito, consumo e o endividamento	11
2.2. Educação financeira e comportamento financeiro	12
2.3. Influência de fatores socioeconômicos na educação financeira e na propensão ao endividamento.....	14
3. METODOLOGIA	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1. Endividamento	20
4.2. Poupança e investimentos	25
4.3. Saúde Financeira dos brasileiros.....	28
4.4. Iniciativas de educação financeira no Brasil.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

Após o plano real, o Brasil vivenciou um cenário econômico mais estável com elevação de renda e nível de emprego, além do acesso ao crédito ter sido facilitado aos consumidores, produzindo efeitos na economia, dentre os quais está o aumento do número de endividados (OLIVEIRA, 2020). Neto *et al.* (2017) ressaltam a importância do conhecimento financeiro como instrumento fundamental para evitar problemas relacionados ao endividamento, a inadimplência, a restrição de crédito, entre outros.

O governo brasileiro instaurou em 2010 o decreto nº 7.397, que estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, cujo objetivo consiste em promover ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal em todo o país. Ribaj *et al.* (2020) defendem a relevância da educação financeira nos países em desenvolvimento, apontando que seus reflexos são capazes de auxiliar na estabilidade financeira e no crescimento econômico da nação.

A educação financeira se configura como um instrumento importante para que o problema do endividamento seja reduzido, para isso, é fundamental ensinar aos filhos a lidar com o dinheiro, conhecendo e entendendo os limites orçamentários. Além disso, a implementação da educação financeira como disciplina nas escolas é essencial para que a população se progrida consciente de seus gastos, refletindo assim no desenvolvimento do país (SILVA *et al.* 2020).

A necessidade de os indivíduos iniciarem o aprendizado em educação financeira o quanto antes é também ressaltada no trabalho de Fernandes e Candido (2014), no qual os autores defendem que tal conhecimento prepara os indivíduos para lidar com situações que envolvam decisões financeiras, sendo capazes de analisar seu orçamento, as taxas de juros e as condições de pagamento evitando o endividamento precoce.

Um fator que impulsiona o consumo é o fácil acesso ao crédito ofertado à população precocemente, seja via cartões, crediários, financiamentos. Silva *et. al* (2020) apontam que a tendência de consumo da sociedade atual, pode levar as pessoas a comprometer parte significativa de sua renda com gastos não planejados, levando-os ao endividamento, e em alguns casos afetando negativamente a qualidade de vida dos indivíduos. Dito isto, o conhecimento sobre o crédito e seus derivados é fundamental quando o assunto em debate é evitar o endividamento da população.

Originário do verbo endividar-se, o endividamento consiste no ato de fazer ou assumir dívidas (FERREIRA, 2006). De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do

Consumidor (PEIC), que é realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2021, 76,3% das famílias brasileiras se encontravam endividadas, sendo o cartão de crédito o responsável pela maior parte deste percentual, chamando atenção para as consequências futuras de seu uso.

Neste contexto, a presente pesquisa visou analisar por meio de documentos e bases de dados nacionais disponíveis, como a educação financeira tem sido difundida no país após a criação da ENEF. Além disso, buscou-se compreender qual o nível de poupança e investimento da população brasileira, bem como seu percentual de endividamento e sua saúde financeira.

Para tanto, além desta introdução, a próxima seção apresenta a revisão literária abordando os principais pontos relacionados à educação financeira e ao endividamento. A seção seguinte contém a metodologia utilizada para elaboração deste trabalho. Na sequência são encontrados os resultados e discussões obtidos através da análise das bases disponíveis, e, por fim, a última seção retrata as considerações finais deste estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O crédito, consumo e o endividamento

O conhecimento sobre o crédito e seus derivados é fundamental quando o assunto em debate é evitar o endividamento da população. Derivado do verbo endividar-se, o endividamento consiste no ato de fazer ou assumir dívidas (FERREIRA, 2006). De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), que é realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2021), no primeiro semestre de 2021 o Brasil atingiu a marca de 71,4% das famílias endividadas, o cartão de crédito foi o componente de maior representação neste percentual, chamando atenção para as consequências futuras do uso do crédito.

Após a estabilidade econômica resultante do plano real, viu-se no Brasil a facilitação do acesso ao crédito aos consumidores, produzindo efeitos positivos na economia, mas também o aumento do número de endividados (OLIVEIRA, 2020). O trabalho de Savoia, Saito e Santana (2007) ratifica que a ampliação da oferta creditícia consistiu em uma estratégia governamental para estimular o crescimento via elevação de consumo e conseqüentemente da produção no país. Entretanto, o consumo familiar sozinho não foi capaz de impulsionar o crescimento da economia como um todo, somado a isso, a inexperiência das famílias em gestão financeira para lidar com o crédito massivo, resulta em endividamento.

Corroborando com este resultado, Lucke et al. (2014) apontam que o crédito em larga escala fornecido pelos bancos e demais instituições financeiras é considerado rentável ao sistema financeiro, mas em contrapartida é o segmento mais representativo nos índices de inadimplência divulgados no país. Ao examinar a situação do crédito para o consumidor, Campara, Vieira e Ceretta (2016) argumentam que as facilidades do crédito podem tanto auxiliar o consumidor, quando eleva sua possibilidade de compra, quanto prejudicá-lo, por impulsionar o consumo em excesso.

Sendo assim, o ciclo do endividamento é iniciado, a partir do momento em que ocorre aumento do crédito, estimulando o consumo sem planejamento, e conseqüentemente endividamento, com consequências danosas à medida que a parcela de renda comprometida com a dívida se eleva, tais consequências vão desde o âmbito financeiro ao social (VIEIRA; FLORES; KUNKEL; CAMPARA e PARABONI, 2014).

Ratificando esses apontamentos, Silva *et al.* (2020) ressaltam que na sociedade consumista muitas vezes os indivíduos são movidos pelo desejo, as facilidades de crédito disponíveis no mercado fazem com que quando os indivíduos se veem frente ao *trade off* de consumir o que deseja e não se endividar, geralmente escolhem a primeira opção.

O estudo feito por Donadio, Campanario e Rangel (2021) constatou que o ato de possuir um cartão de crédito torna propício aos indivíduos aumentar seu consumo e conseqüentemente seus gastos, isso se deve ao fato do cartão representar uma forma abstrata de dinheiro, dificultando ao consumidor a compreensão dos efeitos de seu uso nas finanças e no endividamento.

Ao analisar o endividamento dos jovens finlandeses, Koski (2021) observou a existência de correlação positiva entre crédito e endividamento. Resultado similar a este foi observado por Santos e Souza (2014) quando analisaram os fatores que influenciam o endividamento dos jovens em Santa Catarina, os autores constaram que o desejo de consumo dos indivíduos vem sendo fortalecido pela facilidade de crédito.

Cabral *et al.* (2020) investigaram o tipo de dívida que universitários residentes no Rio Grande do Sul possuem; cujos resultados indicaram o cartão de crédito como o principal, sendo a forma de pagamento mais utilizada entre os pesquisados. Investigando o endividamento precoce dos jovens brasileiros, Messias, Da Silva e Silva (2015) observaram que o crédito vem sendo ofertado aos jovens cada vez mais cedo, um fato alarmante, pois em grande parte dos casos o crédito fácil pode vir a acarretar sobre-endividamento, situação em que suas despesas e dívidas são maiores que seus rendimentos.

Em virtude das observações feitas, o conhecimento e domínio das atividades que envolvem o crédito são fundamentais para evitar o problema do endividamento que assola a população brasileira, estratégias que visam auxiliar aos indivíduos sobre o uso correto do crédito, são fundamentais e necessárias para a redução do nível de endividados no Brasil.

2.2. Educação financeira e comportamento financeiro

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), educação financeira pode ser definida como:

"o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro" (OCDE,2005, p. 5)

O Banco Central do Brasil (BCB, 2013) caracteriza a educação financeira como o meio de obter informações referentes aos comportamentos básicos que auxiliam no aprimoramento da qualidade de vida dos cidadãos, além disso, defende que ela pode ser considerada um meio de fomentar o desenvolvimento econômico, pois as decisões financeiras dos indivíduos estão ligadas ao cenário econômico por possuir relação direta com o endividamento, inadimplência da população e a competência de investimentos do país.

Estas definições ressaltam que educação financeira está além do processo de aprendizagem, envolvendo atitude dos indivíduos para praticar e desenvolver o conteúdo absorvido. Para Silva *et al.* (2020), a educação financeira possibilita aos indivíduos aprimorar seu conhecimento sobre situações que envolvem decisões financeiras.

Em acréscimo, Cabral *et al.* (2020), ressaltam que a educação financeira pode ser definida como o aprendizado necessário aos indivíduos para estabelecer um comportamento financeiro consciente. Os autores ainda ressaltam que o conhecimento em educação financeira interfere nas decisões dos indivíduos de modo a refletir em melhorias na economia através do bom funcionamento do sistema financeiro.

Ratificando estas afirmações, Singhal e Singh (2020) defendem que a educação financeira, promove aos indivíduos conhecimento para lidar com seus recursos financeiros, de maneira a tomar decisões da melhor forma. A aplicação dos conhecimentos em educação financeira se configura como um fator crucial para uma boa gestão de recursos (FERREIRA; SILVA; OLIVEIRA; DUTRA; DE SOUZA; LONGO e SOUZA, 2017).

Dado que a educação financeira eleva o conhecimento financeiro dos indivíduos, Mountain, Kim, Serido e Shim (2021) observaram a existência de uma relação direta entre conhecimento financeiro objetivo e comportamento financeiro. Tal afirmativa também pode ser observada no trabalho de Ribaj *et al.* (2020), que ao analisarem as questões relacionadas à educação financeira de jovens na Albânia, um país em desenvolvimento, ressaltaram que a educação financeira possui relação positiva com o comportamento financeiro dos entrevistados, onde, os indivíduos que apresentaram maior conhecimento de educação financeira, tendem a possuir um comportamento financeiro mais consciente.

Koski (2021) analisando a juventude finlandesa, ressalta a importância dos indivíduos aprenderem sobre educação financeira o mais cedo possível para que o conhecimento seja sólido e aplicável na vida dos jovens. No Brasil, o tema educação financeira tem sido alvo de diversos estudos, Savoia *et al.* (2007) ao analisar os paradigmas da educação financeira no país, argumentam sobre a importância da educação financeira por influenciar na tomada de decisão

financeira dos indivíduos. Ratificando este argumento, Cabral *et al.* (2020) apontam sobre a importância da difusão da educação financeira nas escolas, preparando os jovens para lidar com situações financeiras. Ademais, sugerem que programas que objetivam levar este conhecimento para as famílias, são essenciais para que problemas financeiros futuros sejam evitados.

Alinhado com a necessidade de ampliação do conhecimento sobre o tema, o Decreto Federal brasileiro nº 7.397 de 2010 estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o objetivo de promover ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país. A ENEF já realizou dois mapeamentos sobre a situação da educação financeira no país, respectivamente nos anos de 2013 e 2018, e observou que neste período de tempo as iniciativas de educação financeira no país cresceram cerca de 72% impulsionadas pelo crescimento de iniciativas escolares, além disso, dobrou o número de iniciativas gratuitas sem finalidade comercial. Por fim, é importante ressaltar que a maior parte das iniciativas mapeadas pela ENEF não possui enfoque em um público específico, alcançando perfis diversos da população.

Dada implementação desta estratégia, e as particularidades que cada indivíduo possui no seu convívio social, cultural e econômico, torna-se fundamental compreender como os fatores sociais, culturais e econômicos influenciam a absorção da educação financeira e a propensão ao endividamento da população.

2.3. Influência de fatores socioeconômicos na educação financeira e no endividamento

O endividamento é reflexo de dificuldades na gestão do orçamento familiar, sendo a educação financeira uma ferramenta fundamental para mitigar tal problema (RIBEIRO; SOUZA; VIEIRA e MOTA, 2021). Apesar da correlação destas variáveis, a grande área das finanças pessoais reconhece a importância de trabalhar conceitos econômicos atrelados a aspectos inerentes ao comportamento humano, uma vez que ele interfere no processo de tomada de decisão dos indivíduos (MINELLA *et al.* 2017).

O comportamento de consumo atual da sociedade brasileira é um reflexo da situação vivida anteriormente no país, na qual os preços eram instáveis e fomentava o consumo imediato, fazendo com que estabelecer uma poupança para momentos de necessidade se tornou incomum e as pessoas estão mais suscetíveis à problemas como o endividamento (XAVIER; ARAUJO; TISOTT e SANTOS, 2021).

Corroborando com esta afirmativa, Neto *et al.* (2017) observaram que os indivíduos que poupam mais, tendem a ser mais cuidadosos frente a obtenção de dívidas. Uma pesquisa feita

pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) revelou em 2019 que 67% dos consumidores brasileiros não conseguiram economizar parte de sua renda. Estratificando estes dados, perceberam que uma proporção ainda maior vem das categorias C, D e E (71%). Entre os grupos de maior renda (A e B), a proporção de não poupadores é de 54%, apontando que mesmo entre os grupos de maior renda, o hábito de poupar não é comum.

Lucke *et al.* (2014) ao comparar renda e poupança constataram que os indivíduos de menor renda, também são os que menos poupam. Já o trabalho de Cabral *et al.* (2020) constata as afirmativas feitas, nas situações em que a principal fonte de renda dos entrevistados é o emprego regular, o hábito de poupar é mantido por pequena parcela de sua amostra e o endividamento predomina nas classes sociais D e E.

O SERASA em parceria com a Opinion Box divulgou os dados da pesquisa do perfil do brasileiro endividado no ano de 2021, a análise apontou que grande relevância feminina, de acordo com os dados, as mulheres possuem maior dificuldade para quitar suas dívidas, e, no ano em questão, 76% delas precisou optar por qual dívida pagar. Ademais, o levantamento revelou ainda que as mulheres demonstraram sofrer mais impacto emocional em decorrência do endividamento e se mostraram menos otimistas quanto ao pagamento de suas dívidas.

Resultado similar é observado nos trabalhos de Trindade, Righi e Vieira (2012), Ribeiro *et al.* (2009), Vieira *et al.* (2014) que indicam as mulheres com maior propensão ao endividamento. No entanto, De Oliveira (2020) ressalta que muitas vezes os fatores que influenciam o endividamento podem produzir resultados divergentes, tais como os obtidos nos trabalhos de Da Mota *et al.* (2016), Lucena e Marinho (2013) e Santos *et al.* (2014), cujos indicadores mostram os homens como mais propensos ao endividamento.

Essa dualidade também pode ser contemplada na relação entre a variável idade e propensão ao endividamento, Ferreira *et al.* (2017) e Santos *et al.* (2014) observaram que indivíduos jovens são mais propensos ao endividamento, Fernandes *et al.* (2014) em concordância, apontam que os jovens não possuem preocupação com a instabilidade econômica que o país possa enfrentar, justificando tal propensão. Para Messias *et al.* (2015) as tendências consumistas do jovem de classe média, junto a sua inexperiência financeira, tendem a levá-lo ao endividamento. Mota *et al.* (2016) observaram que os índices de inadimplência e endividamento foram maiores nos indivíduos mais jovens, o que para os autores, pode ser um indicativo da dificuldade dos jovens em gerir suas finanças.

Em contrapartida, Lucke *et al.* (2014) observaram que os adultos são mais endividados que os jovens, o estudo ressalta que os adultos possuem menos sobras salariais, o que pode ter

relação com o investimento no crescimento de seus filhos, fator que pode aumentar os gastos atrapalhando a capacidade de poupança. Resultado que é corroborado por Oliveira (2020), que salienta que indivíduos com idade acima de 30 anos são mais propensos ao endividamento. Em contrapartida, o trabalho de Koski (2021) demonstrou que idade e endividamento são inversamente proporcionais, ou seja, aumento na idade reduz a proporção de dívida dos indivíduos. De acordo com a autora, esta afirmação se justifica devido a tendência de elevação da renda de acordo com o incremento na idade dos indivíduos, ao passo que a dívida permanece na mesma faixa, reduzindo assim o percentual de endividamento em indivíduos com mais idade.

Diante dos fatos mencionados até aqui, a literatura sobre as variáveis socioeconômicas que influenciam na educação financeira e na propensão ao endividamento, costuma apresentar variações de acordo com a metodologia de análise e a amostra em estudo. No entanto, é notável que a situação social e econômica em que uma pessoa está inserida é capaz de influenciar no seu conhecimento sobre educação financeira e em sua propensão ao endividamento. Assim sendo, para compreender o cenário atual no qual os brasileiros estão inseridos, é relevante entender qual a atual situação da educação financeira e do endividamento no Brasil.

3. METODOLOGIA

Este trabalho utilizou dados secundários e análises não inferenciais para a contextualização e apresentação da evolução da educação financeira, endividamento e seus impactos no Brasil. Visando alcançar os objetivos propostos, optou-se por utilizar um estudo exploratório com enfoque na pesquisa bibliográfica. Adentrando nesta questão, Gil (2008) aponta que a classificação de uma pesquisa pode ser definida quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos relacionados à mesma.

O primeiro passo foi a realização de uma pesquisa exploratória cuja finalidade consistiu em definir os objetivos e se familiarizar com o assunto em questão, assumindo assim a forma de pesquisa bibliográfica posteriormente (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, classifica-se como bibliográfica, que de acordo com Fonseca (2002) é constituída,

“[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica não se caracteriza somente pela repetição de um assunto já abordado, ela visa a realização de uma análise crítica dos documentos publicados sobre o tema, objetivando desenvolver conhecimento, contribuindo com os trabalhos sobre o tema (BOCCATO, 2006).

Assim sendo, o presente trabalho utilizou de extensa pesquisa bibliográfica sobre a educação financeira e a propensão ao endividamento. Todas as pesquisas apresentadas no próximo tópico, foram realizadas a partir da análise de dados secundários, estudos e documentos disponíveis na internet.

Sobre o endividamento, no ano de 2010, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo iniciou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC – acompanhando e disponibilizando em seu site mensalmente, o percentual de consumidores endividados, com contas em atraso, o tempo do endividamento deles, também, revela o nível de comprometimento da renda dos brasileiros com as dívidas. Para realizar este acompanhamento a pesquisa realiza coleta de dados via entrevistas em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores entrevistados no ano de 2021.

Além da PEIC, no ano de 2021, o SERASA em parceria com a Opinion Box divulgou seu levantamento anual sobre o endividamento dos brasileiros, em especial a pesquisa do ano de 2021 além dos indicadores de endividamento no geral, buscou mapear os impactos da pandemia do covid-19 na vida financeira dos consumidores no Brasil. Com esse objetivo, o levantamento realizou entrevistas online com 6646 brasileiros com idade superior a 18 anos.

No ano de 2017 a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA – iniciou a apuração anual do Raio X do Investidor Brasileiro, um levantamento de dados que descreve os hábitos de poupança e investimento da população no país, este levantamento também é disponibilizado anualmente na íntegra no site da ANBIMA, neste trabalho, foi considerada a quinta edição da pesquisa, realizada em 2021 com 5878 entrevistas abrangendo as cinco regiões do Brasil.

Com o intuito de facilitar a compreensão, a pesquisa revelou a renda familiar média das classes apresentadas na seção seguinte, onde: as classes A e B possuem juntas cerca de R\$7.943,00 de renda familiar, a classe C possui R\$2.904,00 e as classes D e E R\$1.492,00 de renda familiar média.

Para estudar a saúde financeira dos brasileiros, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), em cooperação técnica com o Banco Central do Brasil e membros do sistema financeiro nacional desenvolveram no ano de 2021 o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro – I- SFB – permitindo uma análise individual da saúde financeira de cada pesquisado, ademais o índice propicia também a realização de uma análise agregada do Brasil, objetivando o desenvolvimento de políticas a favor da educação financeira. Para realizar a análise do nível de saúde dos brasileiros, há um questionário no site do I- SFB, onde as pessoas respondem perguntas cujo objetivo consiste em avaliar: a habilidade financeira, o comportamento financeiro, a proficiência financeira, a segurança financeira e a liberdade financeira dos respondentes, no ano de 2021 o Índice obteve uma abrangência superior a 5000 (cinco mil) respostas, o resultado do questionário retorna uma pontuação para seus respondentes, classificando-os em níveis de acordo com o Quadro 1.

A fim de conhecer as iniciativas de educação financeira no Brasil, a partir do Decreto Federal nº 7.397¹, o Governo Federal realizou nos anos 2013 e 2018 dois mapeamentos da educação financeira no território nacional, estes mapeamentos foram disponibilizados no site da ENEF, contendo as características das iniciativas de educação financeira no país, bem como, seu público-alvo, sua abrangência e a identificação do conteúdo destas iniciativas.

¹ Decreto que estabeleceu no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

Quadro 1 - Classificação do Índice de Saúde Financeira dos brasileiros

Nível	Pontuação ÍNDICE	Descrição
Ótima	83 a 100	Vida financeira sem estresse financeiro. Finanças proporcionam segurança e liberdade.
Muito Boa	69 a 82	Domínio do dia a dia, mas necessidade de construção de patrimônio para maior segurança e acesso a oportunidades financeiras.
Boa	61 a 68	Finanças estabilizadas, mas frequentemente não há sobras no fim do mês.
Ok	57 a 60	Finanças equilibradas, mas no limite – há pouco espaço para erros.
Baixa	50 a 56	Primeiros sinais de desequilíbrio e risco de entrar em alto estresse financeiro
Muito Baixa	37 a 49	Em espiral negativa. Risco de atingir uma situação insustentável.
Ruim	0 a 36	Grande fragilidade, estresse e desorganização financeira

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do índice de Saúde Financeira dos brasileiros (2021).

Assim sendo, além das fontes supracitadas, publicações científicas sobre o tema foram utilizadas para complementar as discussões de maneira a melhorar o entendimento sobre o tema em foco e sua compreensão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

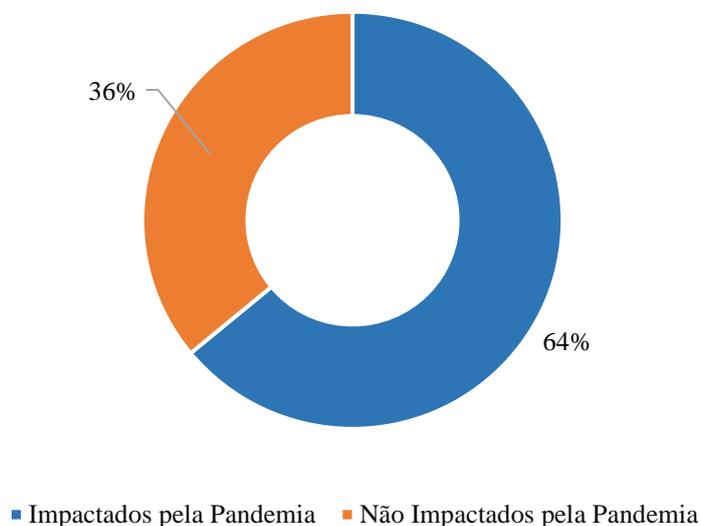
De maneira geral, a educação financeira se configura um tema que necessita de atenção no país, já que para Grussner (2007) o endividamento, o consumo exagerado e falta de poupança, são reflexos da carência de educação financeira dos brasileiros. Segundo Ribeiro, de Souza Vieira e Mota (2021), maiores investimentos em educação financeira da população em geral podem refletir em maior conscientização sobre o tema, reduzindo alguns comportamentos que podem levar a endividamentos desnecessários.

A fim de apresentar a história recente dos temas relacionados à Educação Financeira e ao Endividamento em âmbito nacional de maneira didática, as análises serão divididas em quatro subseções, das quais a primeira abordará o endividamento; seguida pela discussão sobre Poupança e Investimento. Na terceira subseção será apresentado um panorama sobre a saúde financeira dos brasileiros; e por último, mas não menos importante, um tópico que apresentará as iniciativas para divulgação do tema em âmbito nacional.

4.1. Endividamento

No ano de 2021 o SERASA, em parceria com a Opinion Box, realizou um levantamento do perfil do brasileiro endividado, considerando os impactos da pandemia do covid-19 nas finanças dos entrevistados. Quando questionados se a pandemia impactou em suas condições financeiras, 64% dos entrevistados afirmaram sofrer implicações da pandemia em suas finanças, sendo a maior parte dos impactados mulheres jovens com até 30 anos pertencentes as regiões Norte e Nordeste. Em busca de identificar qual seria o impacto causado pela pandemia, a pesquisa revelou que 34% dos respondentes já possuíam dificuldades para pagar suas dívidas antes da pandemia, sendo a maioria mulheres e pessoas com idade a partir de 50 anos.

Figura 1- Total de endividados impactados pela pandemia da Covid-19 no Brasil em 2021



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do SERASA e Opinion Box (2021).

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulga mensalmente a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) com o objetivo de orientar aos empresários do comércio de bens, serviços e turismo a utilizar o crédito como ferramenta estratégica, uma vez que permite o acompanhamento do perfil de endividamento do consumidor, com informações sobre o nível de comprometimento da renda do consumidor com dívidas, contas e dívidas em atraso; e sua percepção em relação à capacidade de pagamento (CNC, 2022)

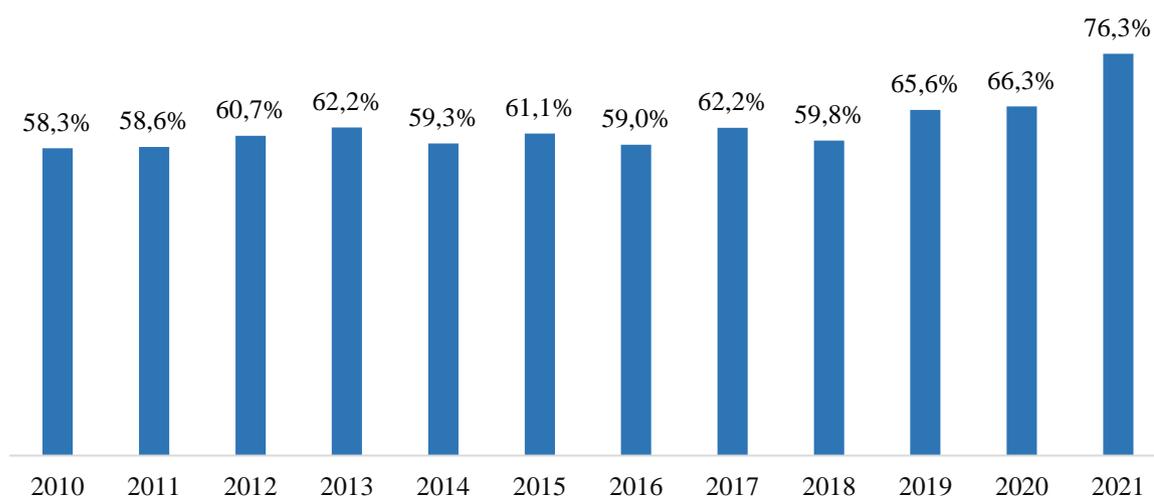
A pesquisa revelou que no ano de 2021, o endividamento familiar foi o maior dos últimos 11 anos, chegando a atingir a marca de 76,3% das famílias. Estratificando estes resultados, cerca de 26,2% das famílias possuem contas em atraso, se tratando das condições de pagamento das dívidas, 10% das famílias endividadas não possuem condições de quitar suas dívidas em atraso.

Estabelecendo um comparativo com o ano de 2020, a PEIC revelou que as regiões: sudeste, sul e nordeste, respectivamente, apresentaram aumento no endividamento em 2021. Analisando o indicador de inadimplência também estabelecendo comparação com o ano de 2020, o percentual de famílias com contas em atraso caiu na média cerca de 0,3 pontos percentuais no ano de 2021, encerrando o ano em 26,2%.

De forma análoga, a média de famílias que afirmaram não ter condições de pagar suas dívidas em atraso, reduziu 0,6 pontos percentuais em 2021 quando comparados ao ano anterior,

encerrando o ano com cerca de 10% das famílias sem condições de pagar seus débitos em atraso, a pesquisa ressalta ainda a partir do segundo semestre do ano a tendência de queda neste indicador passou a ser mais clara, pois no primeiro semestre, os movimentos da inadimplência oscilavam entre altos e baixos.

Figura 2- Evolução do percentual de famílias endividadas no Brasil

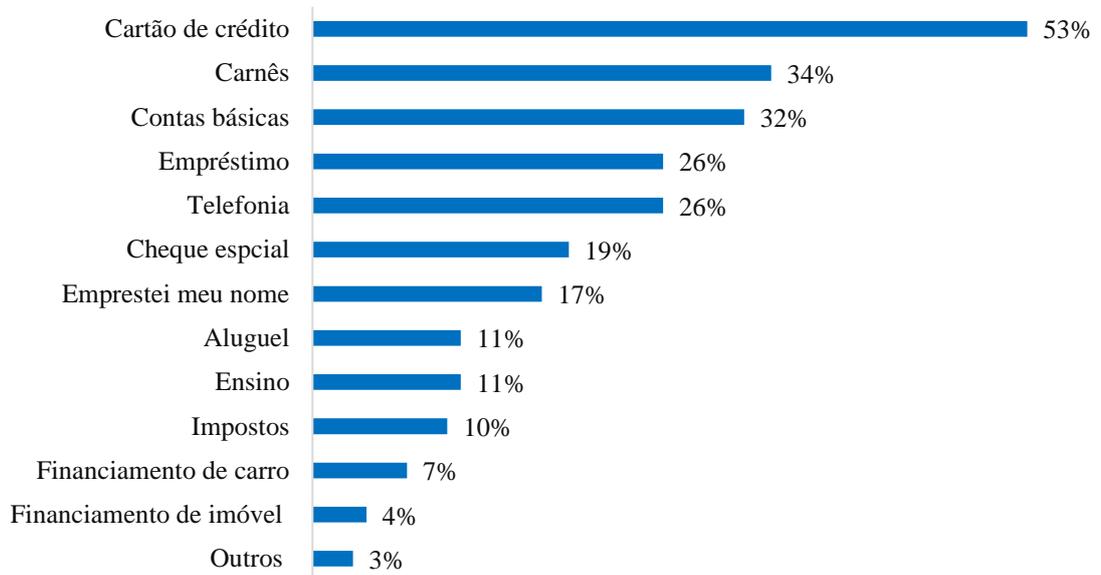


Fonte: Elaboração Própria com base no PEIC de dezembro de 2021.

Se tratando do tipo de dívida dos brasileiros, a PEIC revelou que desde o ano de 2010 o cartão de crédito representa parcela expressiva. Em 2021 cerca de 86% das famílias endividadas apontaram o cartão de crédito como o principal tipo de dívida, seguido pelos carnês e financiamentos de automóveis e imóveis, os dados revelaram que a ordem permanece a mesma desde 2016, ou seja, o tempo não impactou diretamente a forma de endividamento dos brasileiros.

Os resultados da pesquisa do SERASA em parceria com a Opinion Box, reafirmam que os principais causadores do endividamento são o cartão de crédito e os carnês, assim como destacado pela PEIC. As contas básicas como água, gás e luz aparecem em terceiro lugar no endividamento dos entrevistados em 2021, de acordo com o SERASA.

Figura 3- Principais tipos de dívida dos brasileiros em 2021 - SERASA com Opinion Box



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do SERASA com Opinion Box (2021).

A fim de compreender melhor os principais motivos do gasto com cartão de crédito, o SERASA identificou que alimentos, roupas, eletrodomésticos e medicamentos, estão no topo da lista de gastos no cartão dos brasileiros.

Figura 4- Principais gastos dos brasileiros com o cartão de crédito em 2021

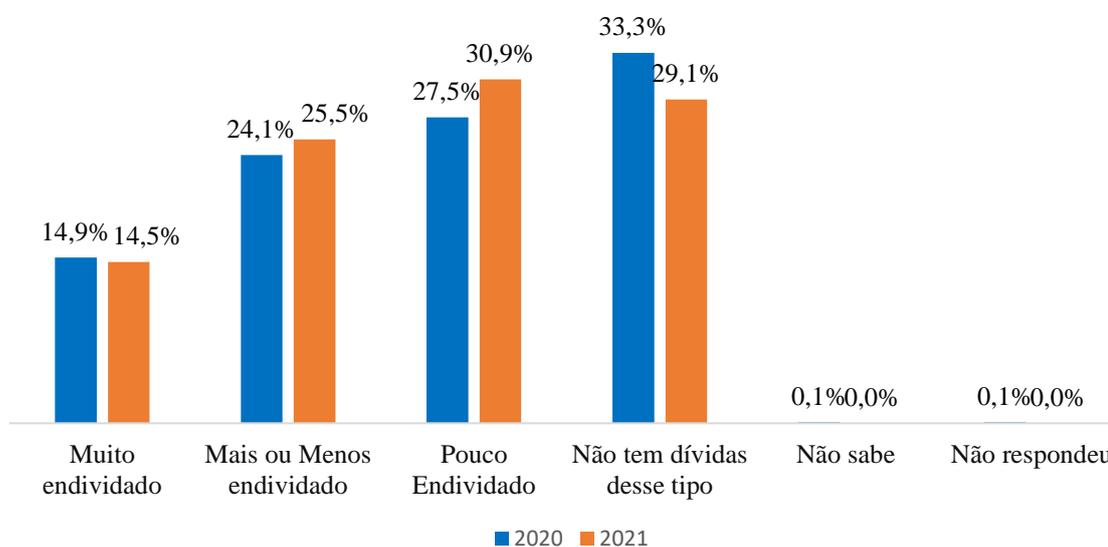


Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do SERASA e Opinion Box (2021).

A pesquisa divulgou, que na percepção dos entrevistados, o desemprego configura o principal motivo para o endividamento. No entanto, estabelecendo uma linha temporal que compreende os anos de 2018 a 2021, percebe-se uma queda de 17% no motivo desemprego, e crescimento dos fatores: cobrança indevida e fraude/golpe, que juntos representaram 27% dos motivos apontados como causas problema. Ademais, a pesquisa inferiu que o endividamento por desemprego impacta mais no público feminino e nos jovens com idade até 30 anos.

Se tratando do comprometimento da renda com o endividamento, a PEIC apresentou em seus resultados, que cerca de 30,2% da renda média dos brasileiros está comprometida com o seu endividamento, revelando que os compromissos com o sistema financeiro da população tiveram seus prazos alongados. Em relação a percepção do endividamento, o ano de 2021 obteve o maior percentual de endividados em relação ao anterior, no entanto a percepção da população não acompanhou este resultado, dado que, em 2021 apenas 14,5% dos endividados declaram estar muito endividados, enquanto em 2020 o percentual era de 14,9%, outro ponto desta análise, mostra que 29,1% dos endividados não sabe medir seu grau de endividamento.

Figura 5- Percepção do nível de endividamento dos brasileiros 2020-2021



Fonte: Elaboração Própria com base no PEIC de dezembro de 2021.

Sendo assim, ao comparar o endividamento em duas faixas de renda, a PEIC revelou que as famílias que possuem renda até 10 salários-mínimos mensais aumentou 4,3 pontos percentuais alcançando a marca de 72,1%. Nas famílias com renda acima de 10 salários-mínimos também houve elevação, saindo de 60,3% em 2020, para 66% de endividados em 2021. Ademais, as famílias da primeira faixa de renda descrita, apresentam mais contas em

atraso e maior percentual de dificuldade para quitar seus débitos em atraso, revelando que no Brasil, a composição da dívida apresenta discrepância quanto as faixas de renda, na menor faixa, os carnês foram apresentados como o segundo principal motivo de endividamento, ficando atrás apenas do cartão de crédito, na faixa de renda maior, os financiamentos de carros e imóveis ganham destaque.

Tendo em vista o alto percentual de endividamento dos brasileiros, a pesquisa feita pelo o SERASA, em parceria com a Opinion Box, revelou que 70% dos endividados, precisaram optar entre uma dívida ou outra para efetuar o pagamento durante o ano de 2021. Estratificando este percentual, foi possível observar que 76% das mulheres necessitaram optar entre dívidas, essa situação também foi mais recorrente em pessoas acima de 50 anos, e em residentes da região sudeste.

Em síntese aproximadamente 8 em cada 10 brasileiros endividados não conseguiram quitar sua dívida principal, este resultado, evidencia a necessidade da educação financeira na vida da população, visto que por meio dela os indivíduos são capazes de organizarem-se financeiramente para uma vida economicamente estável.

4.2. Poupança e investimentos

O endividamento, abordado anteriormente, pode estar relacionado à capacidade de poupança e investimento, tema que é destaque em algumas pesquisas. A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA – realiza anualmente desde 2018 uma pesquisa de nome “Raio X do Investidor Brasileiro” divulgando os dados e conclusões sobre o perfil dos investidores no país. No ano de 2021, a pesquisa incluiu além das classes A, B, e C analisadas nos anos anteriores, as classes econômicas D e E, que juntas, representa cerca de 168 milhões de brasileiros.

O ano de 2021 foi afetado pela pandemia do covid-19, e a pesquisa ressaltou seu impacto no cenário, onde 62% dos brasileiros sofreram perda total ou parcial de sua renda. Diante das classes econômicas analisadas, a classe C se destaca com o maior percentual de investidores, seguida pelas classes B, D/E e A, respectivamente.

Como um dos primeiros passos para quem deseja investir é conhecer as instituições disponíveis no mercado, o Raio X buscou verificar quais os principais tipos de instituições financeiras que os brasileiros conhecem e utilizam, foram citadas em média 1,3 instituições por respondente, o destaque ficou para os bancos tradicionais, seguidos pelos bancos digitais, onde em ambos, as classes A/B apresentaram maior percentual de conhecimento e utilização.

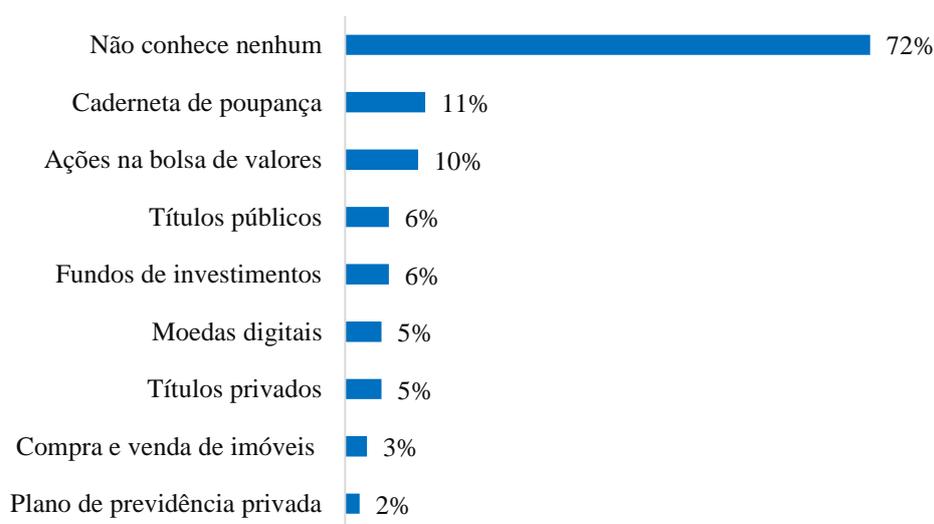
Quadro 2 - Principais tipos de instituições financeiras que os brasileiros conhecem em 2021

Principais tipos de instituições financeiras que os brasileiros conhecem				
%	População total	Classe A/B	Classe C	Classe D/E
Banco tradicional	45%	68%	47%	22%
Banco digital	10%	19%	10%	4%
Corretora	4%	9%	3%	0%
Cooperativa de crédito	2%	5%	2%	1%
Sociedade de crédito	2%	3%	2%	1%
Banco sem especificar	2%	3%	1%	1%
Bolsa de valores	1%	2%	1%	0%
Outras	9%	10%	8%	10%
Nenhuma/não sabe	43%	20%	42%	66%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Raio X do Investidor - ANBIMA (2022).

Dividindo o questionamento entre investidores e não investidores, no primeiro grupo, cerca de 26% não sabiam e/ou não citaram nenhuma instituição financeira de maneira voluntária, entre os não investidores esse percentual chegou a 51%. Questionados sobre o conhecimento sobre os investimentos existentes no mercado, a caderneta de poupança predomina em todas as classes econômicas, seguidas por ações na bolsa de valores, fundos de investimentos e títulos públicos e privados, no entanto, 72% dos entrevistados, afirmaram não conhecer os produtos existentes no mercado, percentual que chega a 91% nas classes D/E.

Figura 6- Tipos de investimentos que a população brasileira conhece em 2021



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Raio X do Investidor - ANBIMA (2022).

No ano de 2021 apenas 27% dos brasileiros conseguiram manter o hábito de poupança. Estratificando esta afirmação em classes, as classes A/B obtiveram cerca de 45% da população poupando, na classe C esse percentual foi de 25%, o pior resultado vem das classes D/E, em que somente 1 em cada 10 entrevistados conseguiu poupar parte de sua renda no ano.

Levantando a origem da renda poupada durante o ano, a população em geral afirma ter diminuído gastos, deixado de sair, evitado compras desnecessárias, controlado as despesas, entre outros. Do percentual dos brasileiros que afirmaram poupar, o principal destino desta renda foi a aplicação em produtos financeiros, as classes A/B dominaram neste ponto, ao contrário das classes D/E que apresentaram preferência por deixar o valor poupado em casa.

As expectativas para o ano de 2022 são otimistas por parte dos brasileiros, tanto na elevação da renda quanto no percentual de utilização dos produtos financeiros. Questionados sobre a disposição para investir em 2022, de modo geral o aumento da inflação e as taxas de juros são os principais fatores que diminuem a intenção de investir da população. A maior parte da população avalia o desempenho de suas aplicações estabelecendo uma comparação com o ano anterior, no geral, 51% da população fez mais de uma aplicação de investimento em 2021.

O Raio X do Investidor em 2021 trouxe levantamentos de gênero, possibilitando análises mais aplicadas, aproximadamente 72% das mulheres não estão inseridas no mercado de investimentos, sendo as condições financeiras o principal fator que as restringem. Em relação ao tipo de investimento escolhido pelos entrevistados, a maioria opta pela caderneta de poupança, 83% das mulheres têm dinheiro nesta modalidade, este percentual cai para 68% entre os homens. Ambos os gêneros possuem objetivos similares quanto ao destino dos investimentos: comprar um imóvel/ter a casa própria.

Outro levantamento que a pesquisa trouxe foi o perfil por raça seguindo os critérios estabelecidos pelo IBGE. No Brasil os investidores são minoria da população, quando estratificados por raça, foi possível observar que 37% dos investidores são brancos, esse percentual cai para 29% somando pretos e pardos, outras raças tem 22% de investidores. O principal tipo investimento que todas as raças utilizam é a caderneta de poupança, os demais questionamentos da pesquisa não apresentaram grande diferença nos resultados por raça.

O Raio X do Investidor, trouxe ainda, uma análise da faixa de idade dos investidores e não investidores, os maiores investidores concentram-se entre 26 e 60 anos, aproximadamente 66% dos investidores estão concentrados nessa faixa etária, já em relação aos não investidores o percentual tende a crescer a partir dos 60 anos. A caderneta de poupança domina os investimentos em todas as faixas de idade, mas, possui maior aderência nos brasileiros com idade entre 41 a 60 anos. A diferença de idade é mais perceptível quando questionados sobre

seu principal meio de realizar as aplicações financeiras, as faixas de idade entre 16 a 40 anos apontaram o aplicativo de banco como o meio de fazer aplicações financeiras, já os brasileiros acima de 40 anos, apresentaram maior preferência para realizar suas aplicações pessoalmente no banco.

Questionados sobre as vantagens das aplicações financeiras, em todas as faixas etárias, segurança financeira e possibilidade de conseguir juntar uma reserva financeira dominam como vantagens, já em relação ao destino do retorno dos investimentos, comprar um imóvel/casa própria obtém maior percentual nas idades entre 16 a 60 anos, a partir dos 60 anos o maior percentual dos retornos tem o propósito de ser reserva financeira e de emergência.

Portanto, a quinta edição do Raio X do investidor brasileiro demonstrou que em 2021 a pandemia afetou a maior parte da população de forma negativa, a inclusão das classes D e E nas análises possibilitou a observação da heterogeneidade das respostas entre os brasileiros quando estratificados por classes econômicas, e fica um desafio para a oferta de produtos e educação financeira voltados a inclusão dessas classes, uma vez que as diferenças entre as classes vão além da diferença de renda, refletindo na busca de informações e no modo de vida das pessoas. Além disso, o recorte entre homens e mulheres, evidenciou a sensibilidade das mulheres que possuem na maior parte das vezes, salários inferiores aos dos homens, e grande parte ainda sustentam seus lares, o que diminui sua capacidade financeira para investir.

Sobre o recorte racial, é importante ressaltar que a maior parte dos pretos e pardos estão inseridos nas classes C, D e E, o que economicamente pode explicar a diferença dos dados raciais, no entanto, é importante frisar que os questionamentos sociais e culturais também podem influenciar nos resultados. Por fim, é possível inferir que a idade das pessoas possui influência sobre a forma que estas buscam informações sobre investimentos, fazem suas aplicações e adquirem produtos, além da forma com que cada faixa etária planeja destinar os retornos destes investimentos. Estas análises são de suma importância, pois através delas é possível ter uma visão mais ampla do cenário de poupança e investimentos no país como um todo.

4.3. Saúde Financeira dos brasileiros

A Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN – em cooperação com o Banco Central do Brasil – BCB – desenvolveram o Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros no ano de 2021, com o objetivo de auxiliar os brasileiros a identificar sua saúde e bem-estar

financeiros, identificando pontos críticos e propondo alternativas para tratá-los. Em seu ano de lançamento a pesquisa teve uma abrangência superior a 5000 (cinco mil) respondentes.

O índice se baseou em cinco constructos para medir a saúde financeira dos brasileiros, são eles: habilidade financeira, comportamento financeiro, proficiência financeira, segurança financeira e liberdade financeira. Saúde Financeira pode ser determinada como a extensão com que um indivíduo: avalia ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras correntes; entende ser capaz de tomar boas decisões financeiras; tem disciplina e autocontrole para cumprir objetivos; sente-se seguro quanto ao futuro financeiro; e tem liberdade de fazer escolhas que permitam aproveitar a vida. A pontuação do índice é classificada de acordo com o Quadro 1.

Nesse sentido, a pesquisa observou que a média de pontuação dos brasileiros foi 57, no nível considerado OK, no entanto, ao estratificar estes resultados, é possível observar que 3 em cada 10 brasileiros se encontram nas faixas mais baixas de saúde financeira. No nível baixo temos 15,6% dos respondentes, apenas 10% dos entrevistados vivem uma situação de equilíbrio, no entanto, não possuem boa reserva de emergência, ou espaço para gastos desmedidos no mês.

Na faixa de saúde financeira caracterizada como boa, estão 14,3% dos brasileiros que conseguem ter alguma estabilidade na vida financeira, ainda que com poucas sobras. Os respondentes com pontuação superior a 68, estão as faixas de melhor saúde financeira, em que, são mais capazes de lidar com imprevistos financeiros e possuem maiores sobras de renda, cerca de 27,3% da população da amostra vivem nesta faixa, podendo experimentar de uma maior segurança financeira.

A alta disparidade entre os níveis que os brasileiros se encontram pode ser vista de forma mais clara quando associada a variáveis socioeconômicas, haja vista que o índice mostrou que os indivíduos das classes A, B1 e B2 possuem maior concentração nos níveis: bom, muito bom e ótimo de saúde financeira, movimentação contrária a essa pode ser observada ao analisar as classes C1, C2 e D-E que possuem maior concentração de brasileiros nos níveis mais baixos de saúde financeira.

Estratificando os resultados por gênero, as mulheres apresentaram um desempenho mais baixo em relação aos homens, cerca de 38,5% das mulheres estão nos níveis mais baixos do índice, contra apenas 27,1% dos homens. Partindo para a análise das faixas etárias, a distribuição entre os níveis, obteve percentuais similares, com ênfase a faixa que compreende entre 40 a 59 anos, onde 4 em cada 10 indivíduos estão nos níveis baixos do índice, já os respondentes com 60 anos ou mais, cerca de 31,4% se encontram nos níveis mais altos, as faixas

de idade entre 18 a 39 anos apresentaram percentuais similares, com alta concentração nos níveis: baixo, muito baixo e ruim do indicador.

Outras análises do índice demonstraram que, os brancos, obtiveram melhor pontuação quando comparados aos pardos e pretos; olhando para o estado civil dos respondentes, os indivíduos viúvos demonstraram ter melhor saúde financeira, seguidos pelos solteiros, casados e divorciados, respectivamente.

Voltando o enfoque para uma análise doméstica, os indivíduos que são os principais provedores de suas casas apresentaram em geral, menor saúde financeira, em contrapartida aqueles que são parte importante dos proventos de casa, mas não os principais responsáveis, possuem maior saúde financeira, já aqueles que não contribuem financeiramente em suas residências, obtiveram pontuações baixas no índice. Ademais, aqueles que moram com 5 ou mais pessoas possuem menor saúde financeira do que os indivíduos que dividem lar com 4 ou menos pessoas.

O índice buscou verificar se a região geográfica e se residir em capitais/ regiões metropolitanas ou interior, pode interferir na saúde financeira. Por meio dos resultados observou-se que residir em capitais, regiões metropolitanas ou interior não influenciam o índice, o percentual não possuiu grande variação. Já em relação as regiões geográficas do país, o Sul se destacou com 3 em cada 10 indivíduos apresentando saúde financeira muito boa ou ótima, por outro lado, as demais regiões obtiveram maior concentração nos níveis inferiores ao OK, com distribuição similar variando entre 20% a 40%.

Ao voltar o olhar para a situação de renda, apenas 31% dos respondentes afirmaram ter gastos inferiores a renda, 40% possuem gastos aproximados a sua renda e 29% declaram ter despesas superiores à sua renda, resposta que revela um problema dos brasileiros: não possuir uma reserva de emergência. Dado esse problema, somente 22% afirmam estar preparados para uma despesa de valor alto inesperada, 29% dizem estar mais ou menos preparados, e 49% afirmam estar pouco ou nada preparados para o surgimento de uma despesa inesperada.

Por outro lado, o brasileiro vem se preocupando em cuidar da sua vida financeira, 62% afirmaram saber organizar suas contas, e somente 13% não sabem. No entanto, quando o assunto é saber poupar 47% dos respondentes sabem como realizar a poupança, 27% dizem saber mais ou menos e 25% afirmam não saber como poupar parte de sua renda. Quando questionados se sabem identificar um bom investimento apenas 34% afirmaram saber reconhecer um bom investimento, 32% não sabem reconhecer um bom investimento e 34% sabem mais ou menos identificar um bom investimento.

O estresse financeiro também foi objeto de estudo na pesquisa, e, em 28% dos lares, as preocupações com as despesas e compromissos financeiros são motivos de estresse, em 30% estas preocupações são mais ou menos estressantes e em 42% estas preocupações não geram estresse em casa.

Em geral, 38% afirmaram que a forma com que cuidam de suas finanças os permitem aproveitar a vida, 33% aproveitam de forma mediana, e 29% dizem que sua gestão financeira não os permite aproveitar a vida. Ao serem questionados por suas perspectivas de futuro, apenas 35% acreditam estar garantindo seu futuro, 28% acreditam mais ou menos em garantia de um futuro e 37% não possuem perspectivas otimistas sobre a garantia de um futuro.

O Índice de Saúde Financeira do Brasileiro apresenta resultados capazes de capturar as particularidades da realidade brasileira e a dinâmica das finanças dos indivíduos. Os resultados obtidos demonstraram que na média o brasileiro apresenta um índice Ok de saúde financeira, em que as finanças estão equilibradas sem lacunas para erros.

Outra conclusão importante do índice foi que apesar da influência das características socioeconômicas dos respondentes na pontuação do I-SFB, cada um dos níveis de saúde financeira compreende todos os perfis: das classes A a E, do Norte ao Sul do Brasil, jovens e idosos, todos os tipos de famílias. Em suma, ainda que a saúde financeira possa sofrer impacto das variáveis socioeconômicas, os indivíduos podem modificá-la e melhorá-la por meio de atitudes e ações baseadas em conhecimento, habilidade e comportamentos. Advém disso a necessidade da promoção da educação financeira em âmbito nacional, uma vez que, em todo o Brasil pode-se beneficiar dela.

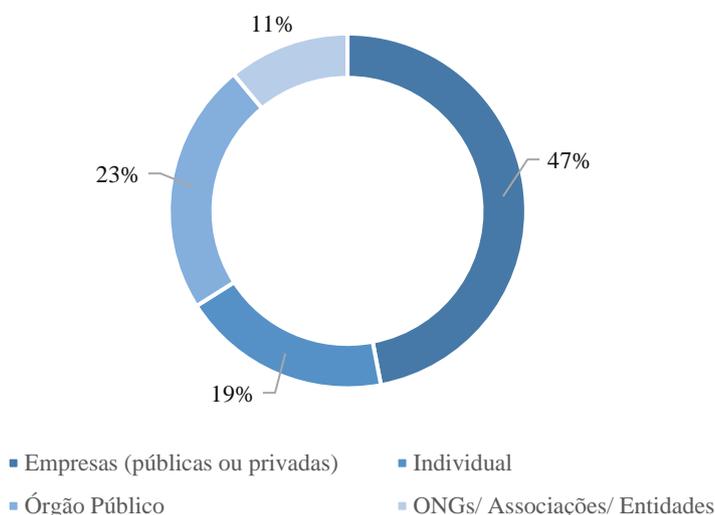
4.4. Iniciativas de educação financeira no Brasil

No ano de 2010, a partir do Decreto Federal nº 7.397, foi estabelecida no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – objetivando a ampla divulgação da educação financeira no país. Em 2013, foi realizado o primeiro mapeamento das iniciativas de educação financeira no Brasil, com o intuito de conhecer o cenário brasileiro e observar os desafios da educação financeira no país.

Neste mapeamento foram identificadas 803 iniciativas em educação financeira no Brasil, dentre estas, apenas 317 realizaram cadastro completo no site Vida e Dinheiro, responsável por este mapeamento. Ao analisar as instituições cadastradas, é possível perceber uma grande variedade em relação as instituições que ofertam conhecimento de educação

financeira, sendo a maior parte empresas (públicas ou privadas), destas iniciativas 60% são ofertadas de forma gratuita.

Figura 7 - Instituições que ofertam educação financeira no Brasil em 2013



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Primeiro Mapeamento da ENEF (2013).

Ao analisar o alcance territorial das iniciativas, o mapeamento demonstrou que 5 em cada 10 iniciativas possuem atuação nacional, estratificando por regiões, é possível identificar que as regiões sudeste e sul detêm respectivamente 55% e 32%, sendo as maiores em concentração de iniciativas, enquanto, o centro-oeste possui 16%, e as regiões norte e nordeste possuem 3% igualmente.

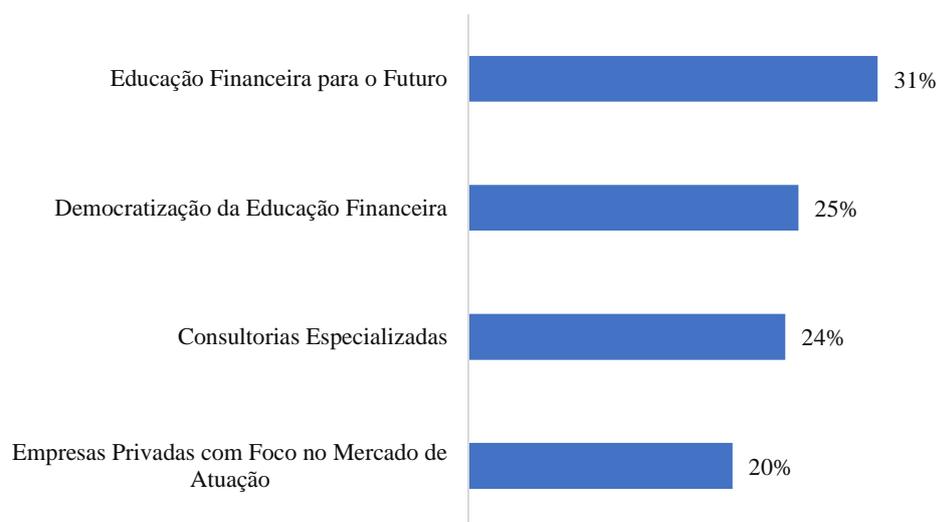
Além disso, o mapeamento buscou identificar o número de beneficiários das iniciativas, 46% das iniciativas atenderam até 500 pessoas no ano anterior ao mapeamento, 2 em cada 10 iniciativas atenderam mais de 10 mil beneficiários no ano de 2012. Adentrando nestes beneficiários, 60% das iniciativas atendem somente pessoas físicas, 39% atendem pessoas físicas e jurídicas e somente 1% das iniciativas atendem exclusivamente pessoas jurídicas. Os principais beneficiários são jovens que possuem entre 19 a 29 anos, e adultos com idade ente 30 e 59 anos, que possuem em sua maioria ensino médio e superior. Outrossim, as iniciativas não fazem distinção de gênero, renda ou nível de acesso a serviços financeiros.

O mapeamento buscou identificar as ações para promover a educação financeira, feitas pelas iniciativas, elas são divididas entre informação, orientação e formação, os dois primeiros abordam predominantemente finanças pessoais, dúvidas do dia a dia e planejamento pessoal, o

eixo formação aborda produtos financeiros e a economia. Em geral, as ações buscam promover autonomia, consciência e cidadania aos brasileiros.

As ações em sua maioria são presenciais e utilizam de recursos tecnológicos para sua aplicação. A pesquisa dividiu as iniciativas em 4 grupos, são eles: Educação Financeira para o Futuro; Consultorias Especializadas; Democratização da Educação Financeira e Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação.

Figura 8- Segmentação das iniciativas de educação financeira no Brasil em 2013



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Primeiro Mapeamento da ENEF (2013).

O primeiro segmento, educação financeira para o futuro, possui foco no longo prazo, buscando incentivar crianças e adolescentes a buscarem mais sobre educação financeira, 69% das iniciativas deste segmento são gratuitas, composto por organizações públicas e privadas de grande porte, pois em sua maioria são mantidas por recursos próprios. O segmento democratização da educação financeira, tem maior abrangência nacional sem especificação de público-alvo, no geral, é formado por grandes públicas e privadas, financiadas por recursos próprios e públicos, seu foco consiste em divulgar informações a todos os interessados.

O terceiro segmento, consultorias especializadas, oferta educação financeira por meio de treinamentos e cursos pagos, no geral, é formado por empresas pequenas de consultoria ou consultores individuais, é mantido com recursos próprios e busca treinar empresas e pessoas com um conteúdo especializado. Por último, o segmento de empresas privadas com foco no mercado de atuação, representando 20% das iniciativas mapeadas, consiste em microempresas que oferecem cursos para outras microempresas, e grandes empresas com conteúdo mais

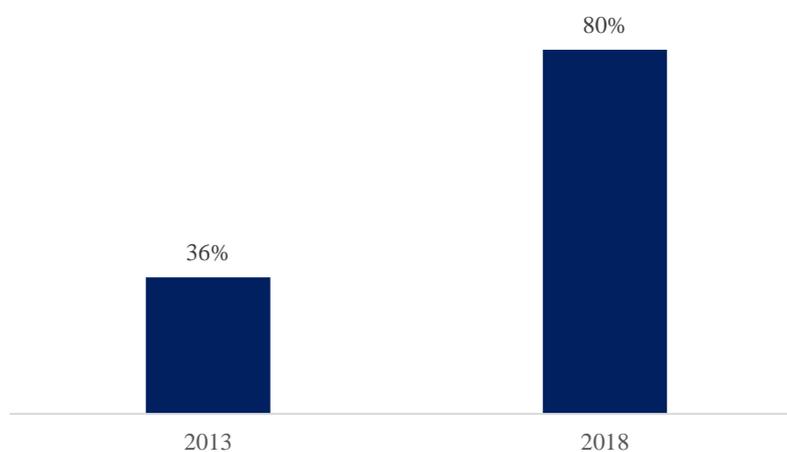
abrangente, são mantidas por recursos próprios e buscam qualificar o mercado de atuação no qual estão inseridas.

Dito isso, o primeiro mapeamento da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, possibilitou inferir sobre a importância da convergência das iniciativas de Educação Financeira com o objetivo de alcançar um público maior, uma vez que as regiões norte e nordeste possuíam juntas apenas 6% das iniciativas regionais, além disso idosos e crianças, também devem ser assistidos por estas iniciativas. Após este mapeamento, é possível visualizar oportunidades para a inserção da educação financeira em projetos mais específicos, com grupos focais, para que seja possível atingir toda a sociedade, buscando abordar o tema de modo transversal.

Cinco anos após o primeiro mapeamento, especificamente no ano de 2018, foi realizado o Segundo Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, onde houve um aumento de 72% das iniciativas mapeadas se comparado ao primeiro mapeamento realizado. As iniciativas em escolas e as gratuitas também obtiveram aumento em relação a 2013.

Cerca de 80% das iniciativas são de pessoas jurídicas (PJ), as escolas, universidades e setor educacional representam em conjunto 50% das iniciativas mencionadas acima, seguidas pelo setor de serviços que representa 36% destas iniciativas. Sobre as iniciativas de pessoas físicas (PF) os profissionais da área de finanças dominam desde 2013, em 2018 os profissionais da educação ganham destaque, representando 43% das iniciativas de pessoa física. Quanto a forma de financiamento destas iniciativas, as iniciativas gratuitas e sem finalidade comercial dobraram em relação a 2013.

Figura 9- Iniciativas gratuitas sem finalidade comercial no Brasil em 2018



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados dos Mapeamentos da ENEF (2013) e (2018).

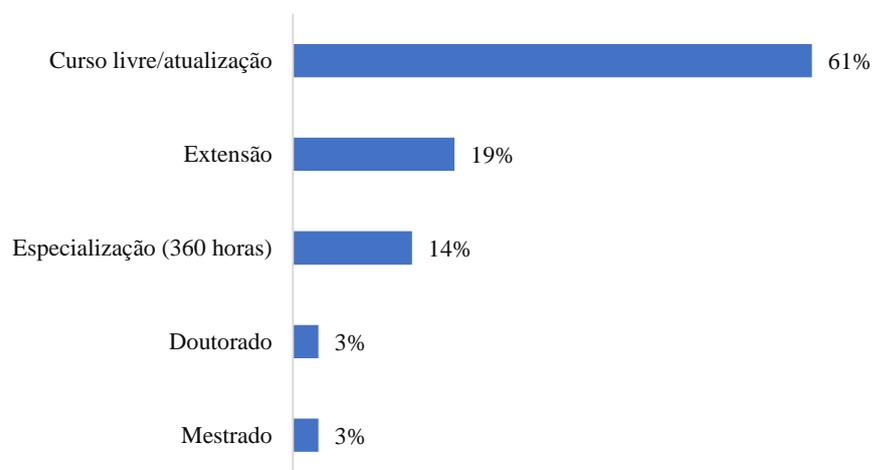
Analisando o foco das iniciativas mapeadas, 54% têm a educação financeira como objetivo secundário, 24% focam apenas em educação financeira e 22% possuem em educação financeira como seu principal objetivo, tendo outras áreas como objetivo secundário. Diferente do primeiro mapeamento, onde os recursos próprios eram a principal fonte de financiamento das iniciativas, em 2018 o percentual de financiamento das iniciativas é equivalente entre recursos próprios e recursos públicos, ambos com 32%, já em relação ao financiamento de recursos privados, este, compreende apenas 23% das iniciativas.

O voluntariado nas iniciativas também teve um aumento no decorrer dos cinco anos, o aumento das iniciativas nas escolas públicas, elevou o percentual de iniciativas presenciais, saltando de 45% em 2013 para 60% em 2018. No entanto, em geral, as iniciativas online e/ou híbridas atingem maior número de pessoas, nas iniciativas virtuais é comum uma combinação entre sites, redes sociais e *Youtube*, ainda analisando a grande adesão das iniciativas virtuais, na maior parte o conteúdo é gravado, o material fica disponível aos beneficiários e há interação entre os mesmos, possibilitando flexibilidade no aprendizado.

Já em relação as iniciativas presenciais, as palestras, seminários, e aulas expositivas são as principais formas de aplicação do conteúdo. Como dito anteriormente as escolas públicas elevaram de forma expressiva seu percentual, em geral, a educação financeira é abordada pelas profissionais que lecionam a disciplina de matemática, sendo abordada de forma transversal no currículo dos alunos, a maior parte destas iniciativas escolares recebe apoio das secretárias de educação estaduais, o Tocantins é o estado com maior percentual deste apoio, aproximadamente 69% das iniciativas são apoiadas pelo estado, caso contrário a este, o Rio Grande do Sul, tem 30% das iniciativas que não recebe apoio das secretarias, do estado ou municipais.

Dentre os professores responsáveis pela abordagem das iniciativas, 59% fizeram algum curso ou capacitação sobre educação financeira, onde 8 em cada 10 destes professores, fizeram cursos gratuitos.

Figura 10- Nível do curso ou capacitação dos professores no Brasil em 2018

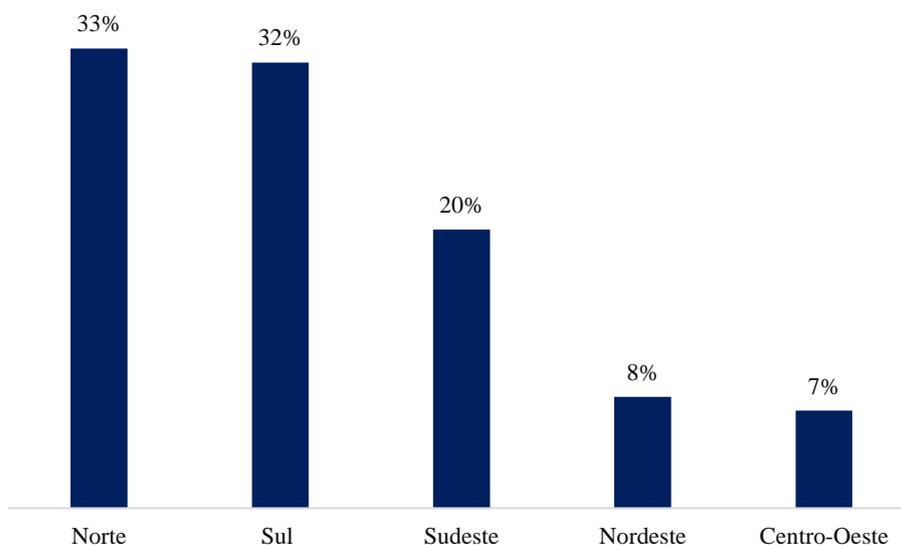


Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Segundo Mapeamento da ENEF (2018).

Se tratando do público-alvo, a maior parte das iniciativas mapeadas em 2018 não possuem destinação específica de público, idade, renda e acesso a instrumentos financeiros. Uma mudança expressiva observada entre os dois mapeamentos diz respeito ao aumento das iniciativas na região norte, concentradas no Tocantins. A divulgação destas iniciativas ocorre principalmente pelas redes sociais, seguidas respectivamente pela boca a boca e os contatos por e-mail.

Outro crescimento observado entre os mapeamentos, foi o do número de beneficiários das iniciativas, em 2013 a maioria das iniciativas atendiam até 500 pessoas por ano, já em 2018 cerca de 8 milhões de pessoas são beneficiadas pelas iniciativas. As iniciativas de abrangência nacional, em geral predominam na modalidade virtual, de modo contrário, as iniciativas municipais predominam de forma presencial, como visto anteriormente, a região norte teve um crescimento expressivo de iniciativas durante estes cinco anos, em 2018, cerca de 33% das iniciativas são desta região.

Figura 11- Iniciativas de educação financeira por região brasileira em 2018



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do Primeiro Mapeamento da ENEF (2018).

Com o aumento das iniciativas em escolas, o perfil de maiores beneficiários que em 2013 predominava entre jovens e adultos com ensino médio e/ou superior, em 2018 os adolescentes de 12 a 18 anos corresponderam a 44% dos impactados, seguidos pelos jovens com idade entre 19 a 29 anos, com isso, a escolaridade passou para predominantemente fundamental 2, que compreende alunos do 6º ao 9º ano, seguidos por alunos do ensino médio, os beneficiados do ensino superior foram de 34% em 2013 para 15% em 2018.

Ainda que seja possível inferir sobre os pontos acima, a maioria das iniciativas não possui um nicho da população específico, nem mesmo as voltadas para pessoas jurídicas, grande parte não faz distinção de tamanho ou renda.

Quanto ao conteúdo das iniciativas, não houve mudanças expressivas em relação as mapeadas em 2013, a maior parte tem como objetivo central informações do dia-a-dia, consumo consciente e organização das finanças, no eixo formação o empreendedorismo domina, no geral, este eixo não foca somente em conteúdo de formação financeira, trabalhando outros temas de forma secundária.

A maior parte das iniciativas utiliza ferramentas tecnológicas e impressas para ministrar os conteúdos, dentre estes, os materiais disponibilizados pela ENEF representam 40% dos utilizados pelas iniciativas, sendo os livros os principais. A maioria das iniciativas apontou as mudanças de comportamento financeiro e o planejamento como seus principais temas trabalhados. No entanto, a maior parte das iniciativas não avalia seus resultados ou emite

certificados, mas no que tange a construção da cidadania e consumo, as iniciativas são positivamente avaliadas pelos beneficiários.

Portanto, os dois mapeamentos das iniciativas de educação financeira no Brasil, possibilitaram observar o crescimento das mesmas no decorrer dos 5 anos, ainda que este crescimento tenha sido impulsionado pelas escolas, há no país grande diversidade de iniciativas que buscam englobar um amplo público. As iniciativas que possuíram maior alcance foram as virtuais, enquanto as presenciais, geralmente são locais e a maioria escolares.

Ademais, cerca de 6% das iniciativas em 2018 alcançaram cerca de 8 milhões de brasileiros, ainda que a maior parte das iniciativas visem a inclusão do maior número de pessoas, faz-se necessário ainda, o desenvolvimento de iniciativas que incluam pessoas de maior vulnerabilidade, como analfabetos, pessoas que não tem acesso aos meios digitais, que não utilizem o sistema financeiro e de renda baixa, outro ponto importante, é o baixo monitoramento do desempenho das iniciativas, levantando a importância do desenvolvimento de meios de avaliação do impacto das iniciativas na vida de seus beneficiários.

No entanto, apesar da ampliação das iniciativas que auxiliam na divulgação dos conhecimentos em Educação Financeira ao redor do país, os baixos índices de poupança e investimento, bem como o elevado grau de endividamento da população, somado a uma saúde financeira preocupante, ilustram a necessidade do aumento de iniciativas de educação financeira, seja por meio da ampla divulgação das ações que já existem no país, seja com a expansão do desenvolvendo de projetos, cujo foco seja elevar o conhecimento da população afim de melhorar seu comportamento financeiro, evitando problemas na gestão de suas finanças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar, sob uma perspectiva histórica recente, como está o cenário da educação financeira e do endividamento no Brasil, tendo em vista que a expansão creditícia vivenciada no país, trouxe à tona a necessidade dos brasileiros se educarem financeiramente. Para realizar esta análise foram utilizados dados secundários e a metodologia consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica com dados e trabalhos já existentes que abordaram o assunto.

Ao longo das análises, foi possível observar que as ações que visam ampliar a educação financeira vem crescendo no país, com destaque para as iniciativas online, que englobam maior parcela da população. No entanto, a poupança e os investimentos em geral são baixos, demonstrando que ainda há a necessidade de ampliar as iniciativas de educação financeira no Brasil de modo a alcançar toda a população.

Levando em consideração a pandemia mundial do Covid-19, dos brasileiros que participaram dos levantamentos nos anos de 2020 e 2021 analisados no presente trabalho, 64% afirmaram sofrer implicações da pandemia em suas finanças. Ademais, os resultados da PEIC de 2021 demonstraram que as famílias brasileiras obtiveram o maior percentual de endividamento nos últimos 11 anos, chegando a 76,3%, o que acarretou na necessidade de escolha entre quais dívidas a serem pagas.

Para além, as classes C, D e E apresentaram maior vulnerabilidade ao endividamento, menores níveis de poupança e saúde financeira, exprimindo a importância da existência de iniciativas que foquem em auxiliá-los a gerir seus recursos financeiros de forma eficiente. Por fim, esta preocupação também pode ser estendida às mulheres, que quando comparadas aos homens, obtiveram maior endividamento, menor taxa de poupança e pior saúde financeira.

Desta forma, é visível a necessidade de políticas públicas que tenham como enfoque as classes C, D e E, instruindo esta parcela da população as práticas de boa gestão financeira, poupança, investimentos e gestão de crédito, se configuram fundamentais para o país. Além disso, é necessário incentivar as mulheres a se educarem financeiramente de modo que se sintam seguras para gerir seus recursos de maneira eficiente, proporcionando maior igualdade de conhecimento na população.

Apesar dos direcionamentos, o presente estudo, encontrou limitações devido à baixa disponibilidade de dados para análise sobre educação financeira e endividamento no Brasil. Portanto, para trabalhos futuros sugere-se a realização destas análises estratificadas por regiões,

o que possibilitaria estabelecer comparativos e identificar necessidades específicas, favorecendo no lançamento de estratégias locais. Ademais, estudos que busquem relacionar o contexto socioeconômico à educação financeira e ao endividamento dos indivíduos, serão de grande valia para melhor compreensão dos temas aqui analisados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS – ANBIMA. Raio X do Investidor Brasileiro. 5 ed. 2022. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2022.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. p. 1-74. Brasília. 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_s_eu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

BRASIL, **Decreto Federal nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

CABRAL, Marcel dos Santos; DA SILVA, Fabiula; SCHOTTEN, Paulo César; FACHIN, Solange. Educação Financeira: A Visão dos Jovens Universitários sobre as Finanças Familiares. **Anais do IV Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, Online, Brasil. v. 4 n. 1, out. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/11132/8423>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, PR, Brasil, v. 15, n. 1, p. 5-24, jan./abr. 2016. ISSN 1677-7387. Disponível em: <10.21529/RECADM.2016002>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDNL. Em cada dez brasileiros, sete não conseguiram poupar dinheiro em agosto, revela indicador **CNDL/SPC** Brasil. Out. 2019. Disponível em: <<https://site.cndl.org.br/em-cada-dez-brasileiros-sete-nao-conseguiram-poupar-dinheiro-em-agosto-revela-indicador-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2021.

DONADIO, Rosimara; DE ABREU CAMPANARIO, Milton; DE SOUSA RANGEL, Armênio. O papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, SP, Brasil, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abr. 2012. E-ISSN: 2177-5184. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471747527005>>. Acesso em: 11 de outubro de 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. 1º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira. 2013. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/mapeamento-nacional/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira. 2018. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Índice de Saúde Financeira do Brasileiro. I-SFB. 2021. Disponível em: <<https://indice.febraban.org.br/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

FERNANDES, André Henrique de Souza; CANDIDO, João Gremmelmaier. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, SP, Brasil, v.5, n.2, p. 894-913, jul./dez. 2014. ISSN: 2177-7284. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v5n2p894-913>>. Acesso em: 03 de julho de 2021.

FERREIRA, Mariana Félix; SILVA, Antony Matheus Moura; DE OLIVEIRA, Daiana Mara; DUTRA, Magno Gonçalves; DE SOUZA, José Carlos; LONGO, Lílian Beatriz Ferreira; DE SOUZA, Reginaldo Adriano. Educação Financeira, Acesso ao Crédito e o Endividamento de Jovens Universitários da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (MG). **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semariocientifico/article/view/315>>. Acesso em: 04 de julho de 2021.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo, Brasil. 2006. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002. Acesso em: 25 de junho de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2022.

GRUSSNER, Paula Medaglia. Administrando as Finanças Pessoais para Criação de Patrimônio. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21978/000635996.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

KOSKI, Eveliina. The Importance of Financial Literacy as a Preventing Factor of Youth Indebtedness in Finland. Tese de Bacharelado. Tallinn, Estônia 2021. Disponível em: <<https://digikogu.taltech.ee/en/Download/3654e2ee-460c-4bae-aa52-388b524ada2d/Finantskirjaoskuseolulusvllakoormusetekkimise.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; MARINHO, Reiniele Alves de Lima. Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. **XVI Seminários em Administração**, 2013. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/696.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

LUCKE, Viviane Aparecida Caneppele; FILIPIN, Roselaine; BRIZOLLA; Maria Margarete Baccin; VIEIRA, Euselia Paveglio. Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. **Anais dos Seminários em Administração**, SP, Brasil, v. 17, out. 2014. ISSN 2177-3866. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/330.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2021.

MESSIAS, José Flávio; DA SILVA, José Ultemar; SILVA, Pedro Henrique Calderoni. Marketing, Crédito & Consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens Brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, SP, Brasil, v. 4, n. 1, p. 43-59, jan./jun.2015. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5261082.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

MINELLA, João Marcos; BERTOSSO, Henrique; PAULI, Jandir; CORTE, Vitor Francisco Dalla. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Gestão & Planejamento-G&P**, BA, Brasil, v. 18, p. 182-201, jan./dez. 2017. Disponível em: <[10.21714/2178-8030gep.v18.4257](https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v18.4257)>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

MOTA, Carla Teixeira; CHIMELO, Gêssica; BENDER, Cíntia Maísa; NESPOLO, Daniele; BORELLI, Verena Alice; FACHINELLI, Ana Cristina. Organização Financeira Pessoal: Análise de Fatores que Influenciam no Endividamento e Inadimplência dos Jovens. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, RS, Brasil, v. 4, n. 1, p. 46-61, jan./jun. 2016. ISSN 2176-5766. Disponível em: <<http://187.103.250.244/index.php/revista/article/view/44/38>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

MOUNTAIN, Travis P; KIM, Namhoon; SERIDO, Joyce; SHIM, Soyeon. Does type of financial learning matter for young adults' objective financial knowledge and financial behaviors? A longitudinal and mediation analysis. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 42, n. 1, p. 113-132, jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10834-020-09689-6>>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

NETO, Luciana. Endividamento bate novo recorde e acende alerta para uso do crédito, aponta CNC. **CNC**. 2021. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/endividamento-bate-novo-recorde-e-acende-alerta-para-uso-do-credito-aponta-cnc/369009>>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

NETO, Luiz Alves da Silva Cruz; FUENTES, Verónica Lidia Peñaloza; BARBOZA, Izabelle Quezado; SOUSA, Felipe Gerhard Paula. Atitude ao endividamento e comportamento de gestão financeira do consumidor. **Revista Reuna**, MG, Brasil, v. 22, n. 1, p. 63-82, jan./mar. 2017. ISSN 2179-8834. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n1p63-82>>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Silvia Franco de. Influence of Behavioral Factors on the Propensity for Indebtedness of University Students. **Revista de Administração da UFSM**. RS, Brasil. v. 13, n. 4, p. 829-849, out./dez. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.5902/1983465935196>>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness. Recommendation of The Council. jul. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

RIBAJ, Arthur; MEÇE, Manuela; CINAJ, Valbona; KADRIMI, Ilda. Issues Related to Financial Education of Youth in a Developing Country (The Case of Albanian Youth). **Elsevier**, Albânia, v. 17 p. 140-152, mai. 2020. ISSN: 2224-2899. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3598539>>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

RIBEIRO, Caroline do Amaral; VIEIRA, Kelmara Mendes; SANTOS, João Heitor de Avila; TRINDADE, Larissa de Lima; MALLMANN, Estela Isabel. Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. **Anais do Seminários em Administração**, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

SANTOS, Thiago dos; SOUZA, Maria José Barbosa de. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**, SC, Brasil, v. 21, n. 1, p. 152-180, jan./mar. 2014. ISSN: 1413-2591 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477747162008>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

SAVIOA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, Brasil, v. 41, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

SERASA e Opinion Box. Pesquisa de Endividamento de 2021: Um levantamento da Serasa sobre o perfil dos brasileiros endividados e o impacto da pandemia em suas finanças. 2021. Disponível em: < <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-endividamento/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2021.

SILVA, Adriana Cristina; DE SOUZA, Iracema Caproni; BUENO, Miriam Pinheiro; DE ALMEIDA, Antônio Leonardo; SILVA, Rodrigo Henrique. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, MS, Brasil, v. 8, n. 2, p. 353-377, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/9473>>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

SINGHAL, Mridula; SINGH, Ankita. Factors Contributing to the Financial Literacy of Individual: A Critical Literature Review. **Pen Acclaims**, v.8, 2020. Disponível em: < <http://www.penacclaims.com/wp-content/uploads/2020/01/Ankita-Singh.pdf> >. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

TRINDADE, Larissa de Lima; RIGHI, Marcelo Brutti; VIEIRA, Kelmara Mendes. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. **Revista Eletrônica de Administração**, Brasil, v. 73, n.3, p. 718-746, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-23112012000300006>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; KUNKEL, Franciele Reis; CAMPARA, Jéssica Pulino; PARABONI, Ana Luiza. Níveis de materialismo e endividamento: uma análise de fatores socioeconômicos na mesorregião central do estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 5, n. 2, jun. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.13059/racef.v5i2.68>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.